

1989. Um ano difícil

L. G. NASCIMENTO SILVA

"Uma inflação da magnitude da atual inflação brasileira pode nos levar de roldão a democracia, a liberdade que conquistamos, a maior de nossa história, a consolidação definitiva de uma sociedade pluralista." Quem nos afirma é o Presidente José Sarney em sua "Conversa ao pé do rádio" do dia 6 de janeiro.

Já vai tarde esta triste constatação. Ela deveria ter sido feita nos primórdios de seu governo quando as coisas não haviam chegado ao ponto em que agora estão. É certo que o Presidente Sarney aduz que "estamos ouvindo e já ouvimos todos os talentos do País". Mas, bastará ouvir incessantemente os talentos do País ou melhor será adotar, desde logo, infatigavelmente uma política consistente e firme de combate à inflação?

A situação das finanças brasileiras assusta os mais sólidos observadores da economia do País, como é exemplo a aguda visão do "Economist" que adverte, em seu último número, com sabedoria, que "muitos banqueiros esperam que o País mergulhe na hiperinflação por volta do primeiro semestre de 1989. Para alguns padrões, o Brasil já chegou lá. A inflação de 1988 aproximou-se de 1.000%. Pior ainda com a taxa de 28,8% em dezembro a inflação é de 2.000% ao ano". E adiante: "A menos que o novo programa de Sarney enfrente 'o corte a machado' do setor público, o seu país só pode esperar na visão do futuro apenas algo debilitante como o desconforto de corrigir anteci-

pados erros." E, em outro editorial, afirma: "O Brasil está na hiperinflação. Invistam nele a risco pessoal."

A verdade é que o Governo hesita ainda, mais uma vez, em adotar programa de rígido combate à inflação. O Presidente, inseguro de sua própria convicção, tem ouvido vozes diferentes e divergentes, gregos e troianos. De um lado pede conselho a Octávio Gouvêa de Bulhões e Mário Henrique Simonsen, ortodoxos economistas; de outro ouve Celso Furtado, capitalista convicto, ou ainda recebe diatribes de Luiz Antônio Medeiros, que se opõe ferrenhamente à mais leve modificação ou supressão da URP. Ainda se inclina a ouvir judiciosos julgamentos de nosso Embaixador em Washington, Mârcilio Marques Moreira, que lhe transmite a visão norte-americana sobre a situação econômica do Brasil. Tudo isso deve girar bastante na cabeça de nosso Presidente, que não é, afinal, um especialista em economia e finanças.

A recusa firme de Antônio Ermírio de Moraes ao convite presidencial para que assumisse o controle das finanças do País, concomitante com uma renovação do Ministério com figuras novas, deve ter encorajado fundamentalmente o Presidente, que pareava imprimir novos rumos à administração do País nesse período de pouco mais de ano que lhe resta à frente do Governo. Agora só lhe cabe reafirmar sua confiança na orientação dos Ministros da Fazenda e do Planejamento e adotar as medidas de contenção orçamentária que eles lhe

propõem. Aguardemos a reforma ministerial e administrativa que o Presidente adotará até meados de janeiro.

A partir de março acenderá a campanha presidencial e com ela a administração do País sofrerá os embalos e tropeços naturais de uma sucessão. Por isso é que se fazia esperar uma reforma ministerial completa, uma reconstrução do quadro administrativo do País, e um "corte a machado" dos dispêndios, como propõe o "Economist". Nada disso, porém, parece estar nos propósitos atuais do Presidente. Haverá provavelmente uma redução do número de Ministérios, um possível enxugamento do quadro tão extenso dos servidores públicos, mas ninguém espere nada de prodigioso na supressão de gastos públicos.

Assim, a inflação continuará, forte e feio, a pesar sobre as despesas nacionais, como sobre os dispêndios das empresas, e, principalmente, sobre os minguidos salários dos trabalhadores, sempre os mais punidos numa economia inflacionária.

Um ano difícil, pois, este de 1989, no qual só se acentuarão os problemas do País, sem que se possa ter à vista uma perspectiva de maior tranquilidade. Recursos externos não estão sendo oferecidos. Os banqueiros internacionais e os empresários aguardam, suspeitos, a retomada da normalidade das despesas e das contas da Nação, que só poderá surgir com a reversão da inflação.

Até lá só nos resta uma paciente e angustiada expectativa por um futuro melhor.